



# GUARULHOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - SÃO PAULO

PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio lógico
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE ABERTURA**  
**Nº.02/2026-SGE01**



## BÔNUS

ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



# AVISO IMPORTANTE:

**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# GUARULHOS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS -  
SÃO PAULO

Professor(a) de Educação  
Infantil

**EDITAL DE ABERTURA N°.02/2026-SGE01**

CÓD: SL-029MA-26  
7908433297215

## Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de textos de diferentes gêneros; Identificação de informações explícitas e implícitas; inferência de sentido .....	9
2. Coesão e coerência textual .....	10
3. Significação de palavras e expressões; sinonímia e antonímia .....	11
4. Sentido próprio e figurado .....	12
5. Ortografia oficial .....	15
6. Acentuação gráfica.....	15
7. Classes de palavras .....	17
8. Flexão nominal e verbal; Tempos e modos verbais .....	25
9. Concordância nominal e verbal .....	27
10. Regência nominal e verbal.....	29
11. Crase .....	30
12. Emprego e colocação pronominal .....	31
13. Pontuação .....	32
14. Estrutura e formação de palavras .....	34
15. Reescrita de frases e trechos .....	39

## Matemática e Raciocínio lógico

1. Resolução de situações-problema envolvendo as quatro operações .....	57
2. Números inteiros, racionais e decimais .....	61
3. Porcentagem.....	68
4. Razão e proporção .....	70
5. Regra de três simples.....	72
6. Grandezas e medidas.....	72
7. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	77
8. Sequências lógicas, análise de padrões .....	81
9. Raciocínio lógico-quantitativo.....	82

## Informática

1. Noções de informática básica .....	89
2. Sistema operacional Windows; gerenciamento de arquivos e pastas .....	90
3. Edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações no Microsoft Office .....	111
4. Internet, navegação e pesquisa na internet.....	147
5. Correio eletrônico .....	152
6. Armazenamento e compartilhamento de arquivos .....	155
7. Procedimentos de segurança da informação.....	158

## Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos psicológicos, históricos, sociais, políticos e legais da educação brasileira aplicados à Educação Infantil .....	171
2. Princípios, fins e organização da educação básica, com ênfase na Educação Infantil.....	174
3. Políticas públicas educacionais voltadas à Educação Infantil, à inclusão e à formação docente .....	177
4. Gestão democrática do ensino público.....	180
5. Projeto Político Pedagógico da unidade educacional .....	186
6. Planejamento educacional e do trabalho pedagógico.....	188
7. Currículo .....	191
8. Avaliação educacional, com ênfase na avaliação formativa e processual.....	193
9. Formação continuada dos profissionais da educação .....	197
10. Inclusão, equidade, diversidade e garantia do direito à aprendizagem.....	200
11. Educação especial na perspectiva inclusiva .....	202
12. Acessibilidade educacional .....	205
13. Educação das relações étnico-raciais.....	208
14. Proteção integral da criança e do adolescente no ambiente escolar .....	211
15. Pedagogia do desenvolvimento.....	214

## Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente arts. 205 a 214 .....	221
2. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	224
3. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente.....	244
4. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	284
5. Base Nacional Comum Curricular: Etapa da Educação Infantil .....	286
6. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: Marco Legal da Primeira Infância .....	298
7. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	304
8. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	323
9. Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008 .....	324
10. Lei nº 7.598, de 1º de dezembro de 2017: Aprova o Plano de Educação da Cidade de Guarulhos – PME 2017/2027 .....	325
11. Lei Municipal nº 6.058, de 24 de maio de 2005, e alterações posteriores, no que couber ao Magistério Público do Município.....	334
12. Portaria nº 10/2020-SE: Homologação da Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN).....	340
13. Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN) – Educação Infantil.....	340
14. Lei nº 15.211/2025 de 17/09/2025 – ECA Digital .....	341
15. Lei Federal 15.326 de 06/01/2026 - Inclui os professores da educação infantil como profissionais do magistériotermino ..	348
16. Lei Municipal 8.286 de 20/06/2024 - Permitir à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando utensílios e objetos de uso pessoal e alimentos para consumo próprio, no âmbito do Município de Guarulhos .....	349

# Conhecimentos Específicos

## Professor(a) de Educação Infantil

1. Trabalho docente na Educação Infantil; especificidades do atendimento a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas; criança como sujeito de direitos, ativa em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento .....	353
2. Práticas pedagógicas centradas nas interações e nas brincadeiras .....	355
3. Organização intencional de experiências de aprendizagem nos campos de experiências; observação, escuta, acolhimento, mediação e acompanhamento do desenvolvimento infantil.....	358
4. Planejamento, desenvolvimento, registro, documentação pedagógica e avaliação do trabalho com as crianças .....	364
5. Registros pedagógicos e de acompanhamento da rotina e frequência das crianças no contexto da unidade educacional	367
6. Organização dos tempos, espaços, ambientes, materiais e brinquedos .....	371
7. Rotina na Educação Infantil; adaptação, acolhimento e transições no cotidiano escolar.....	372
8. Promoção da autonomia, da identidade, da convivência, da curiosidade, da participação e do protagonismo infantil.....	374
9. Múltiplas linguagens da criança; oralidade, escuta, imaginação, expressão corporal, artística e lúdica; experiências com movimento, música, artes, literatura infantil, natureza, sociedade, espaço, tempo, quantidades.....	376
10. Relações e transformações; cuidados essenciais na Educação Infantil: higiene, alimentação, hidratação, repouso, bem-estar, saúde, segurança e proteção da criança no ambiente escolar.....	380
11. Incentivo à construção de hábitos de autocuidado; prevenção de acidentes e segurança no ambiente da Educação Infantil; organização e conservação de materiais e do espaço educativo.....	382
12. Relação escola-família; comunicação com pais e responsáveis .....	385
13. Trabalho colaborativo com a equipe gestora e demais profissionais da unidade.....	390
14. Práticas inclusivas na Educação Infantil, inclusive no atendimento de educandos surdos, com valorização da Libras como meio de interação e aprendizagem.....	391
15. Uso intencional de recursos tecnológicos e midiáticos nas experiências pedagógicas .....	393
16. Base Nacional Comum Curricular – etapa da Educação Infantil .....	397
17. Resolução CNE/CEB nº 5/2009 .....	397
18. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	399
19. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil .....	399
20. Proposta Curricular do Município de Guarulhos – Quadro de Saberes Necessários (QSN) – Educação Infantil.....	400



# LÍNGUA PORTUGUESA

## INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS; IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; INFERÊNCIA DE SENTIDO

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

### ► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

### ► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como “seguro de si”, a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

### ► Distinção entre Fato e Opinião

Uma das habilidades mais importantes para o desenvolvimento de uma leitura crítica é a capacidade de distinguir entre fato e opinião. Essa distinção é crucial para avaliar a confiabilidade e a objetividade de um texto, além de ser fundamental para a análise de argumentos e a formação de um julgamento próprio sobre o tema abordado.

- **Fatos:** são afirmações que podem ser verificadas e comprovadas por meio de evidências ou dados concretos. Eles descrevem a realidade de maneira objetiva, sem a interferência das crenças ou sentimentos do autor. Um exemplo de fato seria: “O Brasil é o maior país da América do Sul.” Esse tipo de afirmação pode ser checado por meio de dados geográficos e não depende de interpretações pessoais.
- **Opiniões:** por outro lado, expressam julgamentos, crenças, sentimentos ou interpretações subjetivas do autor. São afirmações que não podem ser comprovadas de maneira objetiva, pois refletem um ponto de vista pessoal. Um exemplo de opinião seria: “O Brasil é o melhor país da América do Sul.” Essa afirmação reflete uma avaliação subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa.

A distinção entre fato e opinião é especialmente importante em textos argumentativos e jornalísticos, onde o autor pode misturar informações factuais com juízos de valor. Muitas vezes, as opiniões são apresentadas de maneira implícita, e cabe ao leitor reconhecer essa subjetividade. É essencial que o leitor desenvolva uma leitura crítica, capaz de identificar quando o autor está se baseando em dados verificáveis e quando está expressando uma interpretação pessoal ou tentando influenciar o leitor por meio de opiniões.

Essa distinção também é importante para a avaliação da imparcialidade de um texto. Um artigo que mistura fatos e opiniões sem distingui-los claramente pode levar o leitor a acreditar que uma opinião é um fato, o que pode comprometer a interpretação correta do texto. Saber separar os dois é uma habilidade fundamental para uma leitura madura e crítica, pois permite ao leitor questionar as afirmações e formar seu próprio julgamento a partir de evidências concretas.

A compreensão interpretativa é um componente essencial da leitura crítica e avançada. Ela exige do leitor não apenas a capacidade de identificar as informações explícitas, mas também de interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre fatos e opiniões. Compreender o propósito do autor ajuda o leitor a interpretar o texto de maneira contextualizada, captando suas intenções comunicativas.

A habilidade de identificar informações implícitas permite ao leitor ir além da superfície do texto, captando significados escondidos ou sugeridos. Por fim, a capacidade de fazer a distinção entre fato e opinião é crucial para a formação de leitores críticos, capazes de avaliar a veracidade e a objetividade de um texto.

Essas habilidades são fundamentais para a construção de uma leitura ativa e reflexiva, onde o leitor não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo no processo de interpretação e construção de sentido. Ao dominar essas ferramentas, o leitor torna-se capaz de extrair o máximo de significado de um texto, participando de maneira mais consciente e crítica no diálogo com a informação escrita.

## COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

### ► Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica</li> <li>– Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica</li> <li>– Comparativa (uso de comparações por semelhanças)</li> </ul>	<p>João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos.</p> <p>Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u>: colonização africana.</p> <p>Mais um ano <u>igual</u> aos outros...</p>
SUBSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição</li> </ul>	<p>Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.</p>
ELIPSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Omissão de um termo</li> </ul>	<p>No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)</p>

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO AS QUATRO OPERAÇÕES

### RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A resolução de problemas é um aspecto fundamental da matemática que envolve a aplicação de conceitos, fórmulas e raciocínio lógico para encontrar soluções para uma variedade de questões. Este processo não só aprimora a compreensão matemática, mas também desenvolve habilidades críticas de pensamento. A seguir, apresentamos um guia detalhado para a resolução de problemas matemáticos:

▶ **Compreensão do problema**

- Leia cuidadosamente o enunciado do problema e certifique-se de entendê-lo completamente.
- Identifique os dados fornecidos, as incógnitas a serem encontradas e as restrições dadas.

▶ **Planejamento**

- Decida quais métodos matemáticos ou fórmulas são relevantes para o problema.
- Use diagramas, gráficos ou tabelas para visualizar o problema.
- Se o problema for complexo, divida-o em partes menores e mais gerenciáveis.

▶ **Execução**

- Siga o plano desenvolvido e execute os cálculos necessários.
- Mantenha os dados e cálculos organizados para evitar confusões.
- Aplique o raciocínio lógico para seguir passo a passo até a solução.

▶ **Verificação**

- Verifique se todos os cálculos foram feitos corretamente.
- Certifique-se de que a solução atende a todas as condições do problema.
- Veja se a resposta faz sentido no contexto do problema.

▶ **Comunicação**

- Apresente a solução de forma clara e estruturada.
- Detalhe o processo e o raciocínio utilizados para chegar à solução.
- Utilize a terminologia matemática correta para evitar ambiguidades.

► **Técnicas para resolver problemas**

Ao resolver problemas, é frequentemente necessário traduzir a linguagem comum para a linguagem matemática. Aqui estão algumas correspondências comuns:

Linguagem da questão	Linguagem Matemática
Preposições “da”, “de”, “do”	Multiplicação (* ou .)
Preposição “por”	Divisão (÷)
Verbos “equivale a”, “será”, “é”	Igualdade (=)
Pronomes interrogativos “qual”, “quanto”	Incógnita (x)
Um número	x
O dobro de um número	2x
O triplo de um número	3x
A metade de um número	x/2
A terça parte de um número	x/3
Dois números consecutivos	x, x+1
Três números consecutivos	x, x+1, x+2
Um número Par	2x
Um número Ímpar	2x - 1 ou 2x+1
Dois números pares consecutivos	2x, 2x+2
Dois números ímpares consecutivos	2x-1, 2x+1
O oposto de X ( na adição )	- x
O inverso de X ( na multiplicação)	1/x
Soma	Mais, aumentar, ganhar, adicionar
Subtração	Menos, diminuir, perder, tirar, diferença
Divisão	Razão

► **Exemplos práticos**

Exemplo 1: O dobro de um número somado ao triplo do mesmo número é igual a 7. Qual é esse número?

Solução:

$$2x + 3x = 7$$

$$5x = 7$$

$$x = 7/5 = 1,4$$

Resposta: x = 1,4

Exemplo 2: Um relatório contém as seguintes informações sobre as turmas A, B e C:

- As três turmas possuem, juntas, 96 alunos;
- A turma A e a turma B possuem a mesma quantidade de alunos;
- A turma C possui o dobro de alunos da turma A.

# INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA BÁSICA

### Noções de informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

### Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

### Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

▪ **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

▪ **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

**SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS; GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS**

**Windows 10**

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

**Principais Características e Novidades**

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

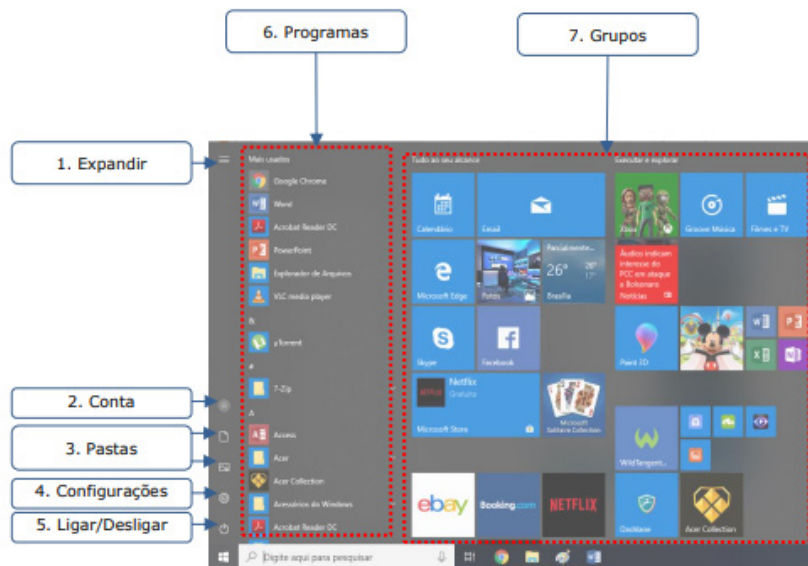
**Instalação do Windows**

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

**Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear**

**Botão Iniciar**

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

**FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APLICADOS À EDUCAÇÃO INFANTIL**

## FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil no Brasil é marcada por uma mudança profunda: a passagem de uma concepção assistencialista para uma concepção educacional e de direitos. Durante muito tempo, as instituições destinadas às crianças pequenas não eram compreendidas como parte do sistema educacional. As creches, em especial, surgiram associadas à proteção de crianças pobres e ao apoio às mães trabalhadoras, principalmente em contextos urbanos e industriais. Seu objetivo principal era guardar, alimentar e proteger as crianças enquanto suas famílias trabalhavam. Havia, portanto, uma forte marca de assistência social, caridade e controle da pobreza.

Essa origem histórica explica por que, ainda hoje, algumas pessoas confundem creche com depósito de crianças ou entendem a Educação Infantil apenas como espaço de cuidado físico. Essa visão, porém, está superada pelas normas educacionais brasileiras. A creche e a pré-escola integram a Educação Infantil e fazem parte da Educação Básica, devendo ser organizadas com intencionalidade pedagógica, profissionais qualificados, proposta curricular adequada, espaços seguros e experiências que promovam o desenvolvimento integral.

No Brasil, é possível perceber uma diferença histórica entre creches e jardins de infância. As creches foram inicialmente destinadas às crianças das classes populares, com caráter predominantemente assistencial. Já os jardins de infância, inspirados em experiências europeias, especialmente nas ideias de Friedrich Froebel, costumavam atender crianças de famílias mais favorecidas e apresentavam uma proposta mais explicitamente pedagógica. Essa separação revelou uma desigualdade social importante: para crianças pobres, cuidado e guarda; para crianças ricas, educação e desenvolvimento.

Com o passar do tempo, movimentos sociais, educadores, pesquisadores, mulheres trabalhadoras e defensores dos direitos da criança passaram a reivindicar que o atendimento à infância fosse reconhecido como direito educacional. Essa luta ganhou força no processo de redemocratização brasileira, especialmente na década de 1980. A Constituição Federal de 1988 foi o marco decisivo dessa transformação, porque reconheceu a criança como sujeito de direitos e estabeleceu a Educação Infantil como dever do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, reforçou essa mudança ao adotar a doutrina da proteção integral. O art. 3º do ECA dispõe que “a criança e o adolescente gozam

de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, assegurando-lhes oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Esse dispositivo é importante porque mostra que a criança não é objeto de tutela passiva; ela é pessoa em desenvolvimento e titular de direitos fundamentais.

A LDB de 1996 consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Isso alterou profundamente o modo como o Estado brasileiro deveria tratar creches e pré-escolas. A partir dessa integração ao sistema educacional, a Educação Infantil passou a exigir planejamento pedagógico, formação docente, avaliação institucional, proposta curricular e acompanhamento pelos órgãos educacionais competentes.

Outro marco importante são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009. As DCNEI afirmam que a proposta pedagógica da Educação Infantil deve ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira. Essa orientação é essencial, porque afasta a ideia de escolarização precoce baseada em cópia, repetição mecânica, provas, apostilas rígidas e antecipação inadequada de conteúdos do Ensino Fundamental.

A Base Nacional Comum Curricular também reforça essa concepção ao apresentar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos indicam que a criança aprende de forma ativa, corporal, afetiva, social, simbólica e cultural.

Assim, a história da Educação Infantil brasileira revela uma conquista: o que antes era visto como assistência às famílias passou a ser reconhecido como direito da criança. Para concursos, essa transição é um ponto-chave. As bancas costumam cobrar exatamente essa mudança de paradigma: da guarda e assistência para o cuidado educativo; da criança como objeto de proteção para a criança como sujeito de direitos; da creche como favor social para a Educação Infantil como dever estatal.

## FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os fundamentos psicológicos da Educação Infantil ajudam a compreender como a criança pequena aprende, desenvolve-se e constrói conhecimentos. Diferentemente de uma visão tradicional, que tratava a criança como ser incompleto, passivo ou incapaz, as teorias contemporâneas da educação reconhecem a criança como sujeito ativo, curioso, produtor de cultura e participante de relações sociais. Na Educação Infantil, aprender não significa apenas memorizar informações, repetir letras, copiar números ou antecipar conteúdos do Ensino Fundamental. Aprender é explorar o mundo, interagir com outras crianças e adultos, brincar, movimentar-se, comunicar-se, imaginar, experimentar, perguntar, narrar e atribuir sentidos às experiências.

Entre os autores mais cobrados em concursos públicos, Jean Piaget é frequentemente associado à ideia de construção ativa do conhecimento. Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. A criança não recebe o conhecimento pronto; ela age sobre o mundo, formula hipóteses, enfrenta desequilíbrios e reorganiza suas estruturas mentais. Na Educação Infantil, isso significa que a criança precisa manipular objetos, comparar, classificar, montar, desmontar, observar, experimentar e resolver pequenos problemas. O professor não deve apenas transmitir respostas, mas criar situações em que a criança possa pensar, agir e reconstruir suas ideias.

Lev Vygotsky, por sua vez, destaca o papel das relações sociais e da linguagem no desenvolvimento humano. Para ele, a aprendizagem acontece em interação com o outro e é mediada pela cultura. Um conceito muito importante é a zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre aquilo que a criança consegue fazer sozinha e aquilo que consegue fazer com a ajuda de alguém mais experiente. Na prática pedagógica da Educação Infantil, isso significa que o professor deve observar as possibilidades da criança, oferecer mediações adequadas, propor desafios possíveis e valorizar a cooperação entre pares. A criança aprende com o adulto, com outras crianças, com os objetos culturais e com as situações sociais das quais participa.

Henri Wallon também é essencial para compreender a Educação Infantil, especialmente porque valoriza a integração entre afetividade, movimento, cognição e socialização. Para Wallon, o desenvolvimento da criança não pode ser separado de suas emoções, de seu corpo e das relações que estabelece com o meio. Isso tem grande impacto pedagógico: uma criança insegura, ignorada, humilhada ou submetida a práticas autoritárias pode ter sua participação e aprendizagem prejudicadas. Por isso, o vínculo afetivo, o acolhimento, a escuta e o respeito aos ritmos infantis não são elementos secundários; são condições fundamentais para o desenvolvimento.

A brincadeira ocupa lugar central nos fundamentos psicológicos da Educação Infantil. Brincar não é perda de tempo, intervalo entre atividades “sérias” ou recompensa por bom comportamento. Brincar é uma forma própria de a criança compreender o mundo, expressar emoções, elaborar conflitos, construir papéis sociais, desenvolver linguagem, ampliar a imaginação e experimentar regras. Quando uma criança brinca de casinha, mercado, escola, médico ou faz de conta, ela está reorganizando experiências sociais e produzindo sentidos sobre a realidade. Por isso, as DCNEI colocam a brincadeira, junto com as interações, como eixo estruturante da prática pedagógica.

A afetividade também é um fundamento decisivo. Na Educação Infantil, a criança depende intensamente das relações estabelecidas com adultos e colegas. O modo como é recebida, chamada pelo nome, confortada, incentivada e respeitada interfere em sua autoestima, autonomia e segurança emocional. A construção da autonomia, aliás, não significa deixar a criança fazer tudo sozinha sem orientação, mas criar condições para que ela participe gradualmente de decisões, cuide de seus pertences, escolha brincadeiras, resolva conflitos com mediação e desenvolva confiança em suas capacidades.

Outro ponto importante é o desenvolvimento da linguagem. A criança pequena comunica-se pelo choro, pelo olhar, pelo gesto, pelo movimento, pelo desenho, pela fala, pela música e pela brincadeira. Portanto, o professor deve valorizar múltiplas

linguagens, não apenas a linguagem verbal escrita. A Educação Infantil precisa oferecer experiências com histórias, cantigas, rodas de conversa, dramatizações, desenhos, pinturas, modelagens, jogos corporais e contato com diferentes manifestações culturais.

### FUNDAMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil também precisa ser compreendida em seus fundamentos sociais e políticos. Nenhuma escola está isolada da sociedade. As crianças chegam às instituições trazendo histórias familiares, condições econômicas, identidades culturais, pertencimentos étnico-raciais, religiões, modos de falar, experiências comunitárias e diferentes formas de viver a infância. Por isso, a Educação Infantil não pode adotar um modelo único e abstrato de criança, como se todas tivessem as mesmas oportunidades, os mesmos repertórios e as mesmas necessidades.

Do ponto de vista social, a Educação Infantil tem papel relevante no enfrentamento das desigualdades. O acesso a creches e pré-escolas de qualidade pode ampliar oportunidades de desenvolvimento, convivência, proteção e aprendizagem, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade. No entanto, é preciso ter cuidado: a Educação Infantil não deve ser vista apenas como instrumento para compensar carências sociais. Essa ideia pode gerar uma visão inferiorizada das crianças pobres, como se elas fossem deficientes culturais ou incapazes. O correto é compreender que todas as crianças têm saberes, culturas e potencialidades, e que cabe ao Estado garantir condições materiais, pedagógicas e humanas para que seus direitos sejam efetivados.

Politicamente, a Educação Infantil é uma política pública de grande importância. Sua oferta depende de decisões do Estado, financiamento adequado, construção e manutenção de unidades, formação de professores, elaboração de propostas pedagógicas, gestão democrática e controle social. Não basta afirmar que a criança tem direito à educação; é necessário organizar meios concretos para garantir esse direito. Por isso, temas como financiamento da educação, planos municipais de educação, regime de colaboração entre entes federativos e valorização dos profissionais aparecem com frequência nos debates sobre Educação Infantil.

A Constituição Federal, no art. 205, estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Embora esse artigo se aplique à educação como um todo, ele também fundamenta a Educação Infantil, pois reconhece a educação como direito universal e como responsabilidade compartilhada. No caso das crianças pequenas, essa responsabilidade deve ser exercida com especial atenção à proteção, ao cuidado, à escuta e à participação infantil.

A relação entre escola e família é outro ponto relevante. A LDB afirma que a Educação Infantil complementa a ação da família e da comunidade. Complementar não significa substituir a família, nem submeter a escola às vontades particulares de cada responsável. Significa construir uma relação de diálogo, corresponsabilidade e respeito, reconhecendo que a criança transita

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DE 1988, ESPECIALMENTE ARTS. 205 A 214**

## EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtIpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

## CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL; ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO A BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS; CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS, ATIVA EM SEUS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

## O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### ► A identidade profissional do professor da Educação Infantil

O trabalho docente na Educação Infantil possui características próprias, pois não se limita à transmissão de conteúdos escolares nem à antecipação de práticas típicas do Ensino Fundamental. Nessa etapa, o professor atua diretamente na formação integral da criança, considerando suas dimensões física, afetiva, cognitiva, social, cultural, ética e estética. Isso significa que ensinar na Educação Infantil exige compreender que bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas aprendem por meio das interações, das brincadeiras, da exploração do ambiente, do corpo, da linguagem, da imaginação e das relações que estabelecem com outras crianças e adultos.

A identidade profissional do professor da Educação Infantil envolve uma postura atenta, sensível e intencional. O docente precisa observar as crianças, reconhecer seus interesses, compreender suas necessidades e organizar experiências que favoreçam o desenvolvimento. Sua atuação não deve ser improvisada, embora precise ser flexível. A rotina, os espaços, os materiais, as propostas e os momentos de cuidado devem ser planejados com finalidade pedagógica, respeitando os tempos infantis e valorizando a criança como participante ativa do processo educativo.

### ► Planejamento pedagógico, cuidado e intencionalidade educativa

Na Educação Infantil, cuidar e educar são ações indissociáveis. Alimentar, acolher, trocar, higienizar, colocar para dormir, acompanhar a chegada e a saída, mediar conflitos e organizar brincadeiras são momentos que também educam. O modo como o professor fala com a criança, espera sua resposta, respeita seu corpo, incentiva sua autonomia e acolhe suas emoções revela uma concepção de infância e de educação.

O planejamento pedagógico deve partir da observação das crianças reais, e não de modelos prontos. Ao planejar, o professor considera o grupo, a faixa etária, os interesses manifestados, as experiências anteriores, o contexto sociocultural e os objetivos de desenvolvimento. A intencionalidade educativa aparece quando o docente organiza situações significativas para que as crianças explorem, experimentem, convivam, expressem-se e construam conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo.

### Elementos centrais do trabalho docente

- Observação cuidadosa das crianças em diferentes momentos da rotina.
- Planejamento de experiências adequadas à faixa etária e ao contexto do grupo.
- Organização de espaços seguros, acessíveis, acolhedores e desafiadores.
- Oferta de materiais variados que estimulem exploração, imaginação e criação.
- Mediação das interações entre crianças, adultos, objetos e ambientes.
- Registro do percurso de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança.

### ► Observação, registro e avaliação na prática docente

A avaliação na Educação Infantil não tem caráter classificatório, seletivo ou punitivo. Ela deve servir para compreender o percurso da criança e orientar o trabalho pedagógico. Por isso, o professor observa as formas de participação, comunicação, brincadeira, movimento, relação com os colegas, expressão de sentimentos, curiosidade, autonomia e construção de conhecimentos.

Os registros são instrumentos fundamentais nesse processo. Podem aparecer em forma de anotações, fotografias, relatos, portfólios, produções das crianças e documentação pedagógica. O mais importante é que o registro não seja apenas burocrático, mas uma ferramenta de reflexão sobre a prática. Ao registrar, o professor interpreta o que as crianças mostram, identifica avanços, percebe necessidades e reorganiza suas propostas.

Assim, o trabalho docente na Educação Infantil exige conhecimento pedagógico, sensibilidade humana e compromisso ético. O professor é responsável por criar condições para que a criança viva experiências ricas, seguras e significativas, reconhecendo-a como sujeito de direitos, capaz de participar, comunicar-se, brincar, investigar, imaginar e aprender desde o início da vida.

**ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO A BEBÊS, CRIANÇAS BEM PEQUENAS E CRIANÇAS PEQUENAS**

► **Bebês: vínculo, corpo, cuidado e comunicação**

O atendimento aos bebês exige uma prática docente marcada por presença, afeto, segurança e observação constante. Nessa fase, a criança se comunica principalmente pelo corpo, pelo choro, pelo olhar, pelos gestos, pelos sons, pelas expressões faciais e pelos movimentos. Por isso, o professor precisa desenvolver uma escuta sensível, capaz de perceber necessidades, preferências, desconfortos, interesses e formas próprias de interação. O bebê não é um ser passivo à espera de cuidados; ele participa das relações, responde aos estímulos, busca contato, explora objetos e constrói vínculos com os adultos e com o ambiente.

O cuidado com bebês deve ser compreendido como ação educativa. Momentos de alimentação, higiene, sono, colo, troca e deslocamento não são apenas tarefas de rotina, mas oportunidades de interação, linguagem e construção de confiança. Quando o professor conversa com o bebê, nomeia ações, respeita seu ritmo, antecipa o que será feito e acolhe suas reações, contribui para sua segurança emocional e para seu desenvolvimento.

**Aspectos importantes no atendimento aos bebês**

- Garantia de vínculos estáveis, acolhedores e respeitosos.
- Organização de espaços seguros para movimento, exploração e descanso.
- Respeito aos ritmos individuais de sono, alimentação, adaptação e interação.
- Valorização do corpo como meio de comunicação, aprendizagem e expressão.
- Oferta de objetos adequados à exploração sensorial e motora.

► **Crianças bem pequenas: movimento, linguagem e exploração do mundo**

As crianças bem pequenas vivem um período de intensa descoberta do corpo, da linguagem, dos objetos, das pessoas e dos espaços. Elas começam a ampliar sua autonomia, deslocam-se com mais segurança, demonstram preferências, imitam ações, testam possibilidades e expressam desejos com maior clareza. O professor deve organizar experiências que favoreçam a exploração do ambiente, a brincadeira livre e orientada, a comunicação oral, a convivência e o desenvolvimento motor.

Nessa etapa, é essencial compreender que a criança aprende fazendo, repetindo, experimentando, observando e interagindo. Uma proposta simples, como brincar com água, areia, tecidos, caixas, tintas ou elementos da natureza, pode favorecer aprendizagens importantes, desde que seja planejada com intenção pedagógica. O professor não precisa transformar todas as situações em explicações formais; muitas vezes, sua principal função é preparar o ambiente, acompanhar as descobertas, enriquecer a linguagem, garantir segurança e ampliar as possibilidades de ação da criança.

Também é comum que as crianças bem pequenas apresentem conflitos por brinquedos, disputas por atenção, dificuldades de espera e forte necessidade de afirmação de vontade. Esses comportamentos não devem ser tratados apenas como indisciplina, mas como parte do processo de construção da convivência, da comunicação e da autorregulação. A mediação docente deve ser firme, respeitosa e educativa.

► **Crianças pequenas: autonomia, imaginação, convivência e participação**

As crianças pequenas já apresentam maior domínio da linguagem oral, ampliam suas brincadeiras simbólicas, fazem perguntas, constroem narrativas, expressam opiniões e participam com mais autonomia da rotina. O trabalho docente, nessa fase, deve favorecer experiências que envolvam imaginação, investigação, expressão artística, contato com diferentes linguagens, resolução de problemas, convivência em grupo e participação nas decisões possíveis do cotidiano.

É importante evitar práticas que antecipem de modo inadequado a escolarização formal. A Educação Infantil não deve ser reduzida ao treino de letras, números ou atividades repetitivas em folhas. Embora a criança possa ter contato com a cultura escrita, com noções matemáticas, com histórias, registros, músicas e diferentes formas de representação, isso deve ocorrer por meio de experiências significativas, contextualizadas e adequadas à infância.

O professor deve propor situações em que as crianças possam brincar, conversar, criar hipóteses, ouvir histórias, desenhar, cantar, construir, dramatizar, cuidar de plantas, explorar espaços externos, participar de rodas de conversa e conviver com diferentes formas de ser e de pensar. Assim, a aprendizagem ocorre de maneira integrada, respeitando a criança como sujeito ativo e competente.

**Cuidados pedagógicos comuns às três faixas etárias**

- Respeitar os tempos, interesses e necessidades de cada criança.
- Evitar comparações entre crianças, pois o desenvolvimento não ocorre de forma igual para todos.
- Garantir segurança física, emocional e afetiva nas interações cotidianas.
- Planejar experiências que integrem cuidado, brincadeira, linguagem e convivência.
- Observar continuamente para ajustar as práticas às características do grupo.

O atendimento a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas exige do professor conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, mas também sensibilidade para reconhecer cada criança em sua singularidade. A prática pedagógica deve valorizar o vínculo, a escuta, o brincar, o movimento, a linguagem, a autonomia e a participação, sempre considerando que cada fase da infância possui modos próprios de aprender, comunicar-se e estar no mundo.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**